DANIELE SOUTO RODRIGUES AMADIO

O Imposto sobre a Renda e o Tempo

Aspectos temporais da instituição à incidência

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Dr. Paulo de Barros Carvalho

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2017

DANIELE SOUTO RODRIGUES AMADIO

O Imposto sobre a Renda e o Tempo

Aspectos temporais da instituição à incidência

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob a orientação do Professor Titular Dr. Paulo de Barros Carvalho.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2017

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo de Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Amadio, Daniele Souto Rodrigues.

O imposto sobre a renda e o tempo: aspectos temporais da instituição à incidência. / Daniele Souto Rodrigues Amadio ; orientador Paulo de Barros Carvalho.

-- São Paulo, 2017.

261 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Direito Econômico, Financeiro e Tributário) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Imposto sobre a Renda. 2. Conceito constitucional de renda. 3. Critério temporal. 4. Universalidade. 5. Continuidade. 6. Periodicidade. I. Carvalho, Paulo de Barros, orient. II. Título.

NOME: AMADIO, Daniele Souto Rodrigues.

Título: O Imposto sobre a Renda e o tempo: aspectos temporais da instituição à incidência

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob a orientação do Professor Titular Dr. Paulo de Barros Carvalho.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Orientador: Professor Titular Dr. Paulo de Barros Carvalho

Instituição: Faculdade de Direito da USP

Assinatura: _____

Professor: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Professor: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Professor: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Professor: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

*Ao meu marido e filhos, Anna Laura e João Guilherme, frutos
especiais que chegaram junto ao Doutorado.*

AGRADECIMENTOS

A dedicação aos agradecimentos pela conclusão de uma tese, concretizando o encerramento do curso de doutorado, não poucas vezes é deixada ao final, para se contemplar todos aqueles que, mesmo inconscientemente, colaboraram para o alcance desse objetivo, assumido com seus sabores e desafios.

Deparar-me com este tópico, no entanto, me ascendeu a felicidade de perceber que pessoas fundamentais para meu desenvolvimento pessoal, intelectual, profissional e acadêmico continuam sendo as mesmas a quem já tive o prazer de agradecer noutras oportunidades, juntamente com algumas muito especiais que a elas se somaram, e então me despertou a vontade de fazê-lo desde o início.

Continuo privilegiada em agradecer aos meus pais, Terezinha e Hildegardo, pelo amor que me estruturou, educação que me ensinou a importância do conhecimento, respeito que me permitiu buscar livremente e apoio que nunca me deixou sentir só, e de poder ver pessoalmente se repetir, com o término do doutorado, a alegria do olhar de realização de quem os viu na defesa da minha dissertação de mestrado, sustentando a vontade de ir além.

Hoje tudo isso faz sentido quando penso em construir algo que possa passar para os meus amores Anna Laura e João Guilherme, família que também construo a cada dia com o companheirismo do meu amor, Danilo, e os mesmos princípios que acredito haver me trazido a este momento – e tudo agora se completa.

Devo agradecer também a todos aqueles amigos que me incentivaram desde o início, pois, embora longínqua, qualquer evolução profissional certamente resultou dessa crença: Alessandra Bergi Sarlo, Adalmes Angélica G. Maia, Débora Souto Costa, Camila Oliveira de Castro, Camila Baptista, Livia Modenesi, Fábio Grilo, Maria Bernadete e Carolina Coser de Orem, Débora Leal de Oliveira, Raquel e Juliana Resende Silva, Sarah Merçon-Vargas, Juliana G. Andrade, Brenda Bazílio Aguilar, Natália Passamani.

As oportunidades na carreira acadêmica devo reconhecidamente ao Professor Paulo de Barros Carvalho. Da primeira vez em que, recém formada e sua desconhecida, fui gentilmente recebida em seu escritório e convidada a participar do grupo de estudos à conclusão do doutorado como meu orientador. Nesse intervalo de exatos dez anos com a satisfação dessa convivência, mãos sempre estendidas com a serenidade e o interesse que lhes são característicos, aprendizados além do direito e minha eterna gratidão.

Nesse caminho ainda tive a alegria de chamar de amigos àqueles que poderiam ser colegas de profissão, mas colaboraram com muito mais que seus ensinamentos técnicos, como Andréa Medrado Darzé Minatel, Maria Leonor Leite Vieira, Thais Yarid Ramirez, Marcela Acquaro Maia, Robson Maia Lins, Juliana Furtado Costa, Elaine Christina Souza, Mariana Soares de Almeida, Maria Ângela Paulino Padilha, Viviane Strachicini, Marcela Medrado Gomes, Breno Ferreira Martins Vasconcelos, Olivia Tonello, Marina Busin Fernandes, e outros queridos.

Felizmente também posso reafirmar a importância da compreensão e respeito ao meu modo de trabalho para o meu desenvolvimento profissional, por Natanael Martins, minha constante fonte de conhecimentos jurídicos, na leveza de nossa amizade.

Agora é pensar no próximo passo, com o desejo de suas companhias e de repetir esses agradecimentos tantas outras vezes.

*“Vivendo no tempo, tenho um saber íntimo daquilo que ele é;
quando busco conhecê-lo expressamente, ele me escapa.”*

Santo Agostinho, em Confissões.

RESUMO

AMADIO, Daniele Souto Rodrigues. **O Imposto sobre a Renda e o tempo**: aspectos temporais da instituição à incidência. 2017. 261 f. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O presente estudo tem como objetivo a sistematização dos aspectos temporais envolvidos na tributação da renda, no sistema jurídico brasileiro, a partir de uma análise conduzida por um fluxo que se inicia com elementos que remetem ao passado, como a busca histórica pela origem do tributo internamente e em nível mundial, detém-se nas normas vigentes na atualidade, até se chegar a autores que especulam o futuro do imposto. Adotando-se como regra unificadora do sistema de direito positivo a fundamentação de validade, além das premissas teóricas que sustentam a coerência do discurso, parte-se dos pressupostos constitucionais direcionados à tributação em geral e, particularmente, à instituição do Imposto sobre a Renda, no que se destacam as regras de competência impositiva e os princípios, dentre os quais, aqueles relacionados diretamente ao elemento tempo, como a irretroatividade e a anterioridade. Assim se constrói, com base nesses enunciados superiores, a materialidade do imposto e os contornos de seus aspectos temporais, como a questão da universalidade, continuidade e periodicidade, que, ao final, informam o conceito de renda e de disponibilidade, o critério temporal de sua regra matriz, o regime de compensação de prejuízos fiscais, e eventuais inconstitucionalidades derivadas de seu desrespeito, a exemplo das tributações exclusivas ou definitivas. Somando-se a isso, outras noções se apresentam nesse contexto, como a importante atribuição de natureza antecipatória ao regime de fonte e de estimativas e alguns apontamentos sobre decadência, tudo isso, certamente, sem qualquer pretensão exaustiva, mas no intuito de colaborar com o estudo desse aspecto temporal do imposto, sobretudo, sistematizando-o com a reunião dos diferentes desdobramentos num só trabalho.

Palavras-chave: Imposto sobre a Renda. Conceito constitucional de renda. Critério temporal. Universalidade. Continuidade. Periodicidade.

ABSTRACT

AMADIO, Daniele Souto Rodrigues. **Income Tax and time:** temporal aspects – from institution to incidence. 2017. 261 f. Doctor's degree – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The present study aims at systematizing the temporal aspects involved in the taxation on income according to the Brazilian legal system. Starting from an analysis guided by a flow which begins with elements referring back to the past, such as a historical search for the origin of the internal and external taxation system, this research deals with the norms which are presently in force, and approaches authors who speculate about the future of such type of taxation. By adopting, as a unifying rule of the positive law system, the statements of reasons for validity, besides theoretical assumptions which support the coherence of the discourse, the initial focus is placed on the constitutional presuppositions oriented towards taxation in general and especially towards the institution of the Income Tax, where emphasis is given on the rules of tax jurisdiction and the principles, among which are those directly related to the element of time: nonretroactivity, precedence. Thus, the aim is to build, with the support of above statements, the materiality of the aforementioned tax and the outlines of its temporal aspects, such as the issue of universality, continuity and periodicity, which, in the end, illuminate the concept of income and legal and economic availability, the temporal criterion of its matrix rule, the offset regime of tax losses, and possible unconstitutionality derived from its being disregarded, as, for example, exclusive or conclusive taxations. Adding to all this, other notions are presented in this context, such as the important issue of assigning an anticipatory nature to the regime of source and estimates, as well as some notes on peremption. – all this undoubtedly without any intention of exhausting the matter, but rather with the aim of collaborating with research on the temporal aspect of this type of taxation, especially by systematizing it with different unfoldings being gathered in just one study.

Keywords: Income Tax. Constitutional concept of income. Temporal criterion. Universality. Continuity. Periodicity.

RIASSUNTO

AMADIO, Daniele Souto Rodrigues. **L'Imposta sul Reddito e il tempo: aspetti temporali dall'istituzione all'incidenza.** 2017. 261 f. Dottorato (n.d.t. Master) – Facoltà di Diritto, Università di São Paulo, São Paulo, 2017.

Il presente studio ha come obiettivo la sistematizzazione degli aspetti temporali coinvolti nella tassazione del reddito, nel sistema giuridico brasiliano, a partire da un'analisi condotta da un flusso che inizia con elementi che rimettono al passato, come la ricerca storica per l'origine del tributo internamente e a livello mondiale, si trattiene nelle norme vigenti nell'attualità, fino ad arrivare ad autori che speculano sul futuro dell'imposta. Adottandosi come regola unificatrice del sistema di diritto positivo la fondamentazione di validità, oltre alle premesse teoriche che danno sostegno alla coerenza del discorso, si parte dai presupposti costituzionali direzionati alla tassazione in generale e, particolarmente, all'istituzione dell' Imposta sul Reddito, in quel che si evidenziano le regole di competenza impositiva e i principi, tra i quali, quelli relazionati direttamente all'elemento tempo: irretroattività, anteriorità. Così si costruisce, con base in questi enunciati superiori, la materialità dell'imposta ed i contorni dei suoi aspetti temporali, come la questione dell'universalità, continuità e periodicità, che, in fine, informano il concetto di reddito e di disponibilità, il criterio temporale della sua regola matrice, il regime di compensazione di perdite fiscali, ed eventuali incostituzionalità derivate dal suo mancato rispetto, ad esempio delle tassazioni esclusive o definitive. Sommandosi a ciò, altre nozioni si presentano in questo contesto, come l'importante attribuzione di natura anticipatoria al regime di fonte e di stime ed alcuni appunti sulla decadenza, tutto ciò, certamente, senza alcuna pretesa esaustiva, ma nell'intuito di collaborare con lo studio di questo aspetto temporale dell'imposta, soprattutto, sistematizzandolo con la riunione dei differenti sviluppi in un unico lavoro.

Parole-chiave: Imposta sul Reddito. Concetto costituzionale di reddito. Criterio temporale. Universalità. Continuità. Periodicità.

ABREVIATURAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AgRg	Agravo Regimental
CARF	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPC	Código de Processo Civil
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTN	Código Tributário Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DL	Decreto-Lei
IASB	International Accounting Standards Board
IFRS	International Financial Reporting Standards
IR	Imposto sobre a Renda
IRPJ	Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica
ISS	Imposto sobre Serviços
FCONT	Controle Fiscal Contábil de Transição
LALUR	Livro de Apuração do Lucro Real
LC	Lei Complementar
MEP	Método da Equivalência Patrimonial
MP	Medida Provisória
STF	Superior Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
RE	Recurso Extraordinário
REsp	Recurso Especial
RTT	Regime Tributário de Transição

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
 CAPÍTULO 1 – PREMISSAS TEÓRICAS GERAIS.....	17
1.1 Demarcação do objeto e método de pesquisa.....	17
1.2 Posicionamento sobre norma jurídica e processo de positivação.....	24
1.3 Anotações sobre a regra matriz de incidência tributária.....	31
 CAPÍTULO 2 – A HISTÓRIA DA TRIBUTAÇÃO DA RENDA.....	35
2.1 A criação do Imposto sobre a Renda no mundo.....	35
2.2 O nascimento do Imposto sobre a Renda no Brasil.....	44
 CAPÍTULO 3 – PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	51
3.1 Rigidez do sistema constitucional tributário brasileiro.....	52
3.2 Estrutura lógica da norma de competência tributária impositiva.....	62
3.3 Princípios constitucionais tributários aplicados ao Imposto sobre a Renda.....	70
3.3.1 Princípios da legalidade, segurança jurídica, irretroatividade e anterioridade.....	72
3.3.2 Princípio da igualdade.....	81
3.3.3 Princípio da capacidade contributiva.....	89
3.3.4 Princípio da vedação ao confisco.....	99
3.3.5 Princípio da universalidade.....	103
3.4 Conceito constitucional de renda.....	109
 CAPÍTULO 4 – PERIODICIDADE NA DETERMINAÇÃO DA RENDA.....	123
4.1 As noções informativas de continuidade e periodicidade.....	123
4.1.1 O princípio da competência na tributação da renda da pessoa jurídica.....	130
4.2 Compensação de prejuízos fiscais.....	134
4.2.1 A compensação de prejuízo como elemento integrante da base de cálculo e sua não configuração como benefício fiscal.....	137
4.2.2 A inconstitucionalidade da limitação à compensação, sua compreensão como técnica de diferimento e o direito de compensar na extinção da pessoa jurídica.....	140
4.2.3 O exemplo da decadência na revisão de prejuízo fiscal.....	149

4.3 O critério temporal do Imposto sobre a Renda e o regime de fonte.....	160
4.3.1 O exemplo da concomitância entre as multas isolada pelo não recolhimento de estimativas e de ofício a ilustrar a sistemática de antecipação.....	173
4.4 O vencimento da obrigação como componente da regra matriz.....	178

CAPÍTULO 5 – DISPONIBILIDADE DA RENDA.....183

5.1 Disponibilidade jurídica e econômica da renda.....	183
5.2 A realização da renda no contexto da atual legislação societária e reflexos fiscais.....	188
5.3 A disponibilidade na tributação de lucros auferidos por empresas controladas e coligadas no exterior e o modelo da Lei n. 12.973/2014.....	204

CONCLUSÃO.....226

REFERÊNCIAS.....230

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....250

INTRODUÇÃO

“A coisa mais dura de entender no mundo é o Imposto de Renda.”

Albert Einstein

Com essa frase epigrafou-se dissertação apresentada há cerca de seis anos, sem qualquer pretensão de se dizer conhecedora da tributação da renda¹, mas justamente para se mostrar o árduo caminho para compreendê-la e, passado esse período, continua-se buscando aprofundar o seu estudo, desta vez com o foco nos aspectos temporais envolvidos da instituição à incidência do imposto, por permitir conhecer vários fundamentos seus e também a sua aplicação a discussões contemporâneas.

Por comprometimento científico e porque se entende importante o estabelecimento das premissas teóricas para o sustento do trabalho e compreensão do contexto do discurso e noções desenvolvidas, escolheu-se partir da definição do seu objeto e método de pesquisa, seguida de considerações necessárias a respeito do conceito de sistema, composição do direito positivo e fundamentação de validade, entendimento sobre norma jurídica e, especificamente, acerca da regra matriz de incidência tributária.

Em se tratando de uma análise de elementos temporais, decidiu-se também dar uma sensação de cronologia à organização dos temas, iniciando-se então por uma abordagem histórica a respeito da criação do Imposto sobre a Renda mundial e internamente, com um caráter informativo, mas também fornecendo-se subsídios para análises acerca de sua configuração atual.

Chegando-se na tributação da renda, tal qual formatada hoje, não poderia ter como ponto de partida, naquela linha de derivação de validade descrita, senão a Constituição Federal, verificando-se os motivos e os efeitos de sua rigidez, as implicações da estrutura lógica da norma de competência impositiva, elevando o conteúdo da

¹ Registra-se que o estudo tem por objeto a tributação da renda das pessoas jurídicas, a que se estará referindo

materialidade dos tributos àquele plano superior e os princípios tributários que determinam a formação do conceito de renda, também desenvolvido como pressuposto constitucional.

Com a autorização e aplicação das noções expostas, chega-se então ao ponto central para se demonstrar elementos temporais mais específicos envolvidos na tributação da renda, como os ideais de continuidade, periodicidade, seus reflexos na compensação de prejuízo fiscal, o critério temporal do imposto, inclusive no regime de fonte, e a colocação do prazo de cumprimento da obrigação na própria regra matriz.

Passo seguinte, também se entende relevante tratar, especialmente diante de seus efeitos práticos, da disponibilidade da renda e sua influência na determinação da escolha do momento da incidência do imposto, tema este subjacente às principais discussões tributárias atuais, como a que envolve a sua realização no contexto das modificações introduzidas na legislação societária para adequação dos padrões contábeis brasileiros aos internacionais e a tributação de lucros no exterior, com o novo modelo da Lei n. 12.973/2014. Tudo isso, notadamente, aberto às revisões que novos exames reclamem.

CONCLUSÃO

A investigação dos elementos temporais relacionados ao Imposto sobre a Renda, além de permitir conhecê-los e compreender os seus fundamentos, também possibilitou, alcançando-se o propósito pretendido, fixar-se os pressupostos que orientam sua instituição e incidência, por meios de suas premissas teóricas ou embasamento constitucional. Objetiva e didaticamente, sintetiza-se as principais conclusões alcançadas com os seguintes pontos:

1. Toda a investigação quanto às origens da tributação da renda em âmbito mundial e interno confere subsídios importantes à compreensão do seu percurso até se alcançar o nível da exação atual, entretanto, naturalmente, os primeiros tributos instituídos com esse fim parecem distanciar-se efetivamente do Imposto sobre a Renda tal qual posto na Constituição Federal, infirmando, de certo modo, esse paralelismo, dentre outros, porque muitas vezes se tributava o patrimônio em sua concepção estática e faltava uma globalidade.

2. O direito positivo brasileiro enquanto sistema sujeita-se à condição de respeito a regras de estrutura, no caso a observância da escala de fundamentação de validade, o que implica a sua leitura a partir do ápice dessa cadeia hierárquica, as normas constitucionais.

A Constituição Federal revela-se o lugar por excelência em que estarão determinados os limites do legislador complementar e ordinário para a fixação dos critérios que permitem a identificação, diferenciação e classificação dos tributos, como consequência da delimitação das competências e detalhamento do seu texto, no intuito de preservar sua rigidez e, ao fim, o regime republicano de governo e a forma federativa de Estado, o que se aplica, sem qualquer objeção, à tributação da renda.

3. A atividade do legislador infraconstitucional ainda se limita pelo fato de a estrutura da norma de competência impositiva conter a materialidade dos tributos e carregá-la, portanto, ao nível constitucional, inclusive no que se refere aos contornos dos aspectos temporais na tributação da renda, porque relacionados ao seu critério material, programado em seu conteúdo e delimitado em sua validade desde o princípio.

4. Como critérios unificadores do sistema, enquanto enunciados constitucionais ao lado de regras de competência impositiva, os princípios devem ser considerados na soma performativa das normas que delimitam a instituição de tributos e suas nuances.

Dentre os princípios tratados, destaca-se o da universalidade, enquanto determinação para que se compreenda o patrimônio como unidade, sob um viés que se chamará material, como vedação para a discriminação das rendas na determinação da materialidade e base de cálculo do imposto, enquanto, por um aspecto temporal, proibição para que se tribute em momento distinto daquele eleito como regra para a apuração, a menos que isso corresponda a uma opção do contribuinte, devendo-se ainda compreender elementos integrantes de períodos anteriores, num ideal de continuidade da pessoa jurídica.

5. O conceito constitucional de renda e proventos de qualquer natureza corresponde à noção de acréscimo patrimonial e os demais aspectos relacionados a essa materialidade, como os elementos temporais, por influenciarem, direta e logicamente, a inferência desse incremento, não podem dele afastarem-se.

6. Ainda decorre do princípio da universalidade que, se de um lado corresponde à proibição de tentativas de tributação definitiva de um rendimento em momento diverso daquele estabelecido como critério temporal para a exigência sobre os demais componentes, de outro veda imposições que não considerem a realidade dos demais períodos de apuração, a exemplo da não compensação de prejuízos fiscais de exercícios anteriores, como se fossem intervalos estanques e sem ligação.

E assim o é, porque, do princípio da universalidade e da própria noção de patrimônio, decorre o postulado da continuidade da pessoa jurídica, significando que a sociedade deva ser considerada ao longo de sua vida completa e os períodos de apuração fiscal ou de levantamentos para demonstrações contábeis ou societárias meros recortes fictícios necessários à viabilização de necessidades práticas, mas que devem ser categoricamente interligados em sua comunicação.

7. A regra é a continuidade. A tributação periódica, convenção em nome principalmente da viabilidade da fiscalização e interesse da arrecadação, mas que se faz necessária para a

identificação lógica do acréscimo patrimonial, somente válida, porém, a depender da razoabilidade do recorte escolhido, mostrando-se inaceitável a instituição de intervalos curtos ao ponto de se alcançar outros núcleos de competência, tampouco exigências que fujam ao marco estabelecido, a não ser que isso represente uma opção conferida ao contribuinte. São, todos eles, limites constitucionais.

8. Considerando-se a compensação do prejuízo fiscal não só ajuste determinado pela legislação ordinária para se alcançar o lucro real, portanto, participando da determinação da base de cálculo do IRPJ, mas decorrência dos limites constitucionais à tributação, qualquer limitação que se imponha nesse sentido leva à oneração do próprio patrimônio, fugindo-se, então, da medida de competência recebida pela União Federal e também à violação dos princípios da capacidade contributiva, universalidade e isonomia, selando-a de inconstitucionalidade.

9. Utilizou-se a compensação de prejuízo fiscal como exemplo capaz de demonstrar a importância da análise interligada dos períodos de apuração, respeitando-se o ideal de continuidade da pessoa jurídica, apenas consagrado, neste caso, se não obstada por limitações que fujam desse pressuposto fático, implicando, por essa razão, como única forma de se manter uma interpretação em conformidade com a Constituição Federal, se tomada enquanto diferimento e permitida integralmente no caso de extinção da sociedade, o que mesmo assim não é capaz de afastar questionamentos consistentes.

10. Com relação à decadência, considerando-se que o IRPJ é tributo sujeito ao chamado “lançamento por homologação”, submete-se ao prazo do artigo 150, parágrafo 4º., do Código Tributário Nacional, independentemente da existência de pagamento, porque o que se mostra relevante, na leitura que se faz dessa espécie, a sua natureza e constatação da constituição do crédito pelo sujeito passivo, o mesmo racional se aplicando às hipóteses de revisão de prejuízo fiscal.

11. Apesar do direcionamento atual pela fixação de um critério temporal no consequente da regra matriz de incidência, entende-se importante mesmo ascender a reflexão, fazendo que a discussão transcenda a possibilidade ou não de alteração do prazo

de tributo por instrumento infralegal, e municie de argumentos mais consistentes temas que derivem do desencadeamento da norma secundária.

12. No contexto da disponibilidade, considera-se que as competências para a instituição e exigência do Imposto sobre a Renda requerem o ingresso de um direito no patrimônio do contribuinte, que detenha expressão econômica e possa ser exercido, transformando-se em moeda, embora prescindível a sua verificação.

13. Ainda que os novos métodos e critérios contábeis revelem um resultado para fins econômicos que, *a priori*, impactariam as normas fiscais, o fato é que, para além das regras de ajuste ou neutralidade e também outros pressupostos constitucionais, como a legalidade, capacidade contributiva e isonomia, a competência atribuída pela Constituição Federal para tributação da renda só alcança o efetivo acréscimo patrimonial, o que está subordinado à condição de sua realização e, nesse sentido, disponibilidade.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução: Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADEODATO, João Maurício. **Ética e retórica**: para uma teoria da dogmática jurídica. São Paulo: Saraiva, 2002.

AMARO, Luciano da Silva. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). O fato gerador do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. **Caderno de pesquisas tributárias**. São Paulo: Resenha Tributária, n. 11, p. 343-409, 1986.

_____. Tributação de heranças, legados e doações. In: CAMPOS, Dejalma de (Coord.). **1º Congresso nacional de estudos tributários**. São Paulo: ABDT/Resenha Tributária p. 271-290, 1988.

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ARAUJO, Clarice von Oertzen. **Semiótica do direito**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

ARTHUR ANDERSEN; FIPECAFI. **Normas e práticas contábeis no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

ATALIBA, Geraldo. Direito material tributário, relação jurídica tributária e hipótese de incidência. In: ATALIBA, Geraldo (Coord.). **Elementos de direito tributário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 29-71, 1978.

_____. **Hipótese de incidência tributária**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. Prefácio. In: VILANOVA, Lourival. **As estruturas lógicas e o sistema do direito positivo**. 1. ed. São Paulo: Noeses, 2005.

_____. **República e Constituição**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. **Sistema constitucional tributário brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.

_____; GIARDINO, Cléber. Imposto de renda. Capacidade contributiva. Aparência de riqueza. Riqueza fictícia. “Renda escritural”. Intributabilidade das correções monetárias. **Revista de Direito Tributário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 38, p. 140-163, 1986.

ÁVILA, Humberto. **Teoria da igualdade tributária**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BALEEIRO, Aliomar. Estados, discriminação de rendas e reforma constitucional. **Revista de Direito Administrativo**. São Paulo: Renovar, n. 30, 1952.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

_____. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

BANDEIRA DE MELLO, Oswaldo Aranha. **Princípios gerais de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

BARRETO, Aires Fernandino. **Base de cálculo, alíquota e princípios constitucionais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

BARRETO, Paulo Ayres. **Imposto sobre a renda e preços de transferência**. São Paulo: Dialética, 2001.

BECKER, Alfredo Augusto. **Carnaval tributário**. 2. ed. São Paulo: Lejus, 1999.

_____. **Teoria geral do direito tributário**. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2007.

BELSUNCE, Horacio García. **El concepto de rédito en la doctrina y en el derecho tributario**. Buenos Aires: Depalma, 1967.

BETTI, Emilio. **Teoria generale dell'interpretazione**. v. II. Milano, 1955 apud BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria geral do direito tributário**. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2007.

BIANCO, João Francisco. Imposto de renda da pessoa jurídica: uma visão geral. In: SANTI, Eurico Marcos Diniz de e ZILVETI, Fernando Aurelio (coords.) **Tributação das empresas**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

_____. **Teoria do ordenamento jurídico**. Tradução: Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. 10. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

BOTELHO, Werther. **Da tributação e sua destinação**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BRASIL. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Recurso nº 130900. Acórdão nº 107-06.812. Relator: Neycir de Almeida. Contribuinte: Auto Posto Entre Rios LTDA. Órgão Julgador: Antiga Sétima Câmara/Primeiro Conselho de Contribuintes. Sessão: 18 set. 2002.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Processo n. 16095.000635/2008-09. Acórdão nº 1103-00.619 Relator: Marcos Shigueo Takata. Contribuinte: JS Administração de Recursos S.A. Órgão Julgador: Terceira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Sessão. Sessão: 31 jan. 2002.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Processo n. 10580.009602/2006-04. Acórdão nº 9101-001.760. Relator: Karem Jureidini Dias. Contribuinte: Banco Alvorada S.A. Órgão Julgador: Primeira Turma Câmara Superior de Recursos Fiscais. Sessão: 16 out. 2013.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Processo n. 16095.000635/2008-09. Acórdão nº 1103-00.619. Relator: Marcos Shigueo Takata. Contribuinte: JS Administração de Recursos S.A. Órgão Julgador: Terceira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Sessão. Sessão: 31 jan. 2002.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Processo n. 19515.002561/2006-75. Acórdão nº 1103-00.617. Relator: Aloisio Jose Percinio da Silva. Contribuinte: KLABIN S.A. Órgão Julgador: Terceira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Sessão. Sessão: 16 jan. 2012.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Processo n. 16327.0000485/2008-54. Acórdão nº 1201-00.165. Relator: Guilherme Adolfo dos S. Mendes. Contribuinte: FIBRA ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA Órgão Julgador: Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Primeira Sessão. Sessão: 27 ago. 2009.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Processo n. 13502.000497/00-11. Acórdão nº 108-06.682. Relator: Mário Junqueira Franco Júnior. Contribuinte: NORDESTE QUIMICA S/A NORQUISA. Órgão Julgador: Oitava Câmara da Primeira Sessão. Sessão: 20 set. 2001.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Processo n. 13502.000497/00-11. Acórdão nº 107-09.447. Relator: Hugo Correia Sotero. Contribuinte: SUMATRA - COMERCIO EXTERIOR LTDA. Órgão Julgador: Sétima Câmara da Primeira Sessão. Sessão: 13/08/2008.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Processo n. 13502.000497/00-11. Acórdão CSRF/01-04.258. Relator: Celso Alves Feitosa. Contribuinte: NORDESTE QUIMICA S/A NORQUISA. Órgão Julgador: Oitava Câmara da Primeira Sessão. Sessão: 02 dez. 2002.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Processo n. 10980.011045/99-90. Acórdão CSRF/01-05.100. Relator: José Henrique Longo. Contribuinte: ELECTROLUX DO

BRASIL S/A. Órgão Julgador: 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais. Sessão: 19 out. 2004.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Processo n. 11831.001889/99-07. Acórdão n. 101-95.872. Relator: Contribuinte: FIBRIA CELULOSE S/A. Órgão Julgador: Primeira Câmara da Primeiro Conselho de Contribuintes. Sessão: 09 nov. 2006.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Processo n. 16327.000481/2008-76. Acórdão nº—1201-00108. Relator: Antônio Bezerra Neto. Contribuinte: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Órgão Julgador: 1ª. Turma Ordinária da 2ª. Câmara da Primeira Sessão. Sessão: 30 jun. 2009.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Processo n. 10166.728996/2011-43. Acórdão nº 1103-001.057. Relator: Contribuinte: BANCO DO BRASIL SA. Órgão Julgador: 3ª. Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Sessão. Sessão: 07 mai. 2014.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Recurso n. 123.467. Acórdão n. 101-93525. Relator: Kasuki Shiobara. Contribuinte: NOSSA CAIXA NOSSO BANCO S.A. Órgão Julgador: Antiga Primeira Câmara/Primeiro Conselho de Contribuintes. Sessão: 25 jul. 2001.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Recurso nº 124.107. Acórdão nº 01-0900. Relator: Kazuki Shiobara. Sessão: 29 jun. 1989.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Recurso nº 126251. Acórdão nº 101-93720. Relatora: Sandra Maria Faroni. Sessão: 23 jan. 2002.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Recurso nº 127531. Acórdão nº 108-06.810. Relator: Nelson Lósso Filho. Órgão Julgador: Antiga Segunda Turma/Segunda Câmara/Segunda Seção de Julgamento. Contribuinte: Alvaro da Silva Cristina. Sessão: 22 jan. 2002.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Acórdão nº 103-09030. Sessão: 10 abr. 1989.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Recurso nº 128299. Acórdão nº 101-93760. Relator: Sebastião Rodrigues Cabral. Órgão Julgador: Antiga Primeira Turma/Primeira Câmara/Primeira Seção de Julgamento. S.A. Sessão: 19 mar. 2002.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Recurso nº 148937. Acórdão nº 101-96082. Relator: Valmir Sandri. Sessão: 29 mar. 2007.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Recurso n. 47.509. Acórdão n. 103-07602. Relator: Urgel Pereira Lopes. Contribuinte: BADONI ATB. INDÚSTRIA METALMECÂNICA S/A. Órgão Julgador: Antiga Terceira Câmara/Primeiro Conselho de Contribuintes. Sessão: 13 out. 1986.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Recurso nº 135615. Acórdão nº 102-46.269. Relator: Naury Fragoso Tanaka. Órgão Julgador: Antiga Segunda Câmara/Primeiro Conselho de Contribuintes. Contribuinte: Oswaldo Pandolfi. Sessão: 18 fev. 2004.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Recurso nº 147387. Acórdão nº 106-15.920. Relator: Gonçalo Bonet Allage. Órgão Julgador: Antiga Sexta Câmara/Primeiro Conselho de Contribuintes. Contribuinte: Paulo Roberto Spina Baptista de Leão. Sessão: 19 out. 2006.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Recurso nº 135945. Acórdão nº 102-46.421. Relator: Naury Fragoso Tanaka. Órgão Julgador: Antiga Segunda Câmara/Primeiro Conselho de Contribuintes. Contribuinte: Ivo Silva. Sessão: 08 de julho de 2004.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Recurso nº 121733. Acórdão nº 103-20.860. Relator: Mary Elbe Gomes Queiroz. Órgão Julgador: Antiga Terceira Câmara/Primeiro Conselho de Contribuintes. Contribuinte: Centro de Estudos Unificados Bandeirante. Sessão: 19 mar. 2002.

_____. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Recurso n. 118.229. Acórdão n. 104-17.291. Relator: Leila Maria Scherrer Leitão. Contribuinte: Maria Aparecida Resende Ribeiro. Órgão Julgador: Antiga Terceira Câmara/Primeiro Conselho de Contribuintes. Sessão: 08 dez. 1999.

_____. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução nº 750. Publicação: 29 dez. 1993.

_____. Decreto nº 3.000. 26 mar. 1999. Tributação das Pessoas Jurídicas. Título I - Contribuintes e Responsáveis. Publicação: D.O. 17 jun. 1999.

_____. Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo. Acórdão nº 17-28376. Julgamento: 28 out. 2008. Órgão Julgador: Quarta Turma.

_____. Delegacia da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro. Acórdão nº 13-4020. Julgamento: 28 nov. 2003. Órgão Julgador: Primeira Turma.

_____. Secretaria da Receita Federal. Solução de Consulta nº 35. IRRF: Bolsas/Ensino - Contraprestação. 13 maio 2005.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 191352. Relator Ministro Hélio Mosimann. Data do Julgamento: 24 de novembro de 1998.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 909660-RS. Relator: Ministro Mauro Campbell Marques. Julgamento: 03 mar. 2009. Órgão Julgador: Segunda Turma. Publicação: DJe 25 mar. 2009.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 118534. Relator: Ministro Milton Luiz Pereira. Julgamento: 20 out. 1997. Órgão Julgador: Primeira Turma. Publicação: DJ 19 dez. 1997.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1026508. Relator: Ministro Mauro Campbell Marques. Julgamento: 19 ago. 2010. Órgão Julgador: Segunda Turma. Publicação: DJe 28 set. 2010.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 897314. Relator: Ministro Humberto Martins. Julgamento: 13 fev. 2007. Órgão Julgador: Segunda Turma. Publicação: DJ 28 fev. 2007.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial n. 87.828. Relator: Ministro José Delgado. Julgamento: 27 mai. 1996. Órgão Julgador: Primeira Turma. Publicação: DJ 17 jun. 1996.

_____. Supremo Tribunal Federal. Emenda ao acórdão proferido pelo do no julgamento de medida liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 293-7600-DF. Relator: Ministro Celso de Mello. Julgamento: 06 jun. 1990. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Publicação: DJU 16 abr. 1993.

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2588-DF. Relatora: Ministra Ellen Gracie. Redator para acórdão: Ministro Joaquim Barbosa. Trânsito em julgado em 17 fev. 2014. Destacou-se.

_____. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2010. Relator: Ministro Celso de Mello. Partes: Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Requeridos: Presidente da República e Congresso Nacional. Julgamento: 30 set. 1999. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Publicação: DJ 12 abr. 2002.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 201.465-6-MG. Relator: Ministro Marco Aurélio. Relator para Acórdão: Ministro Nelson Jobim. Julgamento: 02 maio 2002. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Publicação: 17 out. 2003.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 89.791-7. Relator: Ministro Cunha Peixoto. Julgamento: 03 out. 1978. Órgão Julgador: Primeira Turma. Publicação: DJ 20 out. 1978.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 71.758. Relator: Ministro Thompson Flores. Julgamento: 14 jun. 1972. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Publicação: DJ 31 ago. 1973.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 117.887. Relator: Ministro Carlos Velloso. Julgamento: 11 fev. 1993. Órgão Julgador: Tribunal Pleno.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 344.994. Relator: Ministro Marco Aurélio Mello. Julgamento: 25 mar. 2009. Órgão Julgador: Tribunal Pleno.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário n. 203.684. Relator: Ministro Ilmar Galvão. Julgamento: 20 mai. 1997. Órgão Julgador: Primeira Turma. Publicação: DJ 12 set. 1997.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário n. 195.218. Relator: Ministro Ilmar Galvão. Julgamento: 28 mai. 2002. Órgão Julgador: Primeira Turma. Publicação: DJ 02 ago. 2002.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário n. 140.669. Relator: Ministro Ilmar Galvão. Julgamento: 02 dez. 1998. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Publicação: DJ 18 mai. 2001.

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2588-DF. Relatora: Ministra Ellen Gracie. Redator para acórdão: Ministro Joaquim Barbosa. Trânsito em julgado em 17 fev. 2014.

_____. Tribunal Regional da 2ª Região, Embargos de Declaração na AMS, Processo nº 0039536-31.1997.4.02.0000; TRF2 97.02.39536-4, julgamento de 22/03/2011.

_____. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Apelação Cível nº 372291. Relator: Desembargador Federal Luiz Antonio Soares. Julgamento: 27 maio 2008. Órgão Julgador: Quarta Turma Especializada. Publicação: DJU - Data: 13 nov. 2008.

_____. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Apelação em Mandado de Segurança nº 150294. Relator: Juiz Souza Pires. Partes: Apelante: União Federal (Fazenda Nacional); Apelado: Indústrias Romi S/A. Julgamento: 24 ago. 1998. Órgão Julgador: Quarta turma. Publicação: DJU 26 maio 2004.

_____. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Apelação em Mandado de Segurança nº. 211409. Relatora: Desembargadora Regina Costa. Data da Decisão: 13 ago. 2009.

_____. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Apelação em Mandado de Segurança nº. 150294. Relator: Juiz Souza Pires. Julgamento: 24 ago. 1998. Órgão Julgador: Quarta turma. Publicação: DJU 26 maio 2004.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. Coimbra: Almedina, 1996.

CANTO, Gilberto de Ulhôa. A aquisição de disponibilidade e o acréscimo patrimonial no imposto sobre a renda. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). **Imposto de renda: conceitos, princípios e comentários**. São Paulo: Atlas, p. 34-40, 1996.

_____. **Estudos e pareceres de direito tributário: imposto de renda**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

_____; MUNIZ, Ian de Porto Alegre; SOUZA, Antonio Carlos Garcia de. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). O fato gerador do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. **Caderno de pesquisas tributárias**. São Paulo: Resenha Tributária, p. 1-44, 1986.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

CARVALHO, Nelson; COSTA, Fábio Moraes da; LEMES, Sirlei. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2009.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Curso de direito tributário**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 1985.

_____. **Direito tributário, linguagem e método**. São Paulo: Noeses, 2008.

_____. O direito positivo como sistema homogêneo de enunciados deônticos. **Revista de Direito Tributário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 45, 1988.

_____. Sobre os princípios constitucionais tributários **Revista de Direito Tributário**. São Paulo: Revista dos tribunais, n. 55, 1991.

CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à lei de sociedades anônimas**. v. 6. São Paulo: Saraiva, 1978.

_____. Imposto de renda: conceituação no sistema tributário da carta constitucional. **Revista de direito público**. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 1, p. 188-196, 1967.

CATUNDA, Camila Campos Vergueiro e CATUNDA, Thiago Ferreira. É preciso revisar prazo de recolhimento de tributos. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2010-jan-05/tribunais-revisar-premissas-prazo-recolhimento-tributos>. Acesso em: 23.04.2017.)

CHALHUB, Samira. **Funções da linguagem**. São Paulo: Ática, 1999.

CHIARELLI, Giuseppe. Elasticità della costituzione. In: Obra coletiva. **Studi di diritto costituzionale**. Milão: Giuffrè, 1952 [Coleção: Universidade de Roma e Publicações do Instituto da Doutrina Direito Público do Estado do Poder da Faculdade de Ciência Política Série IV] apud ATALIBA, Geraldo. **Sistema constitucional tributário brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.

COMISSÃO DE REFORMA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. Evolução do imposto de renda no Brasil. Rio de Janeiro, 1966, n. 25, p. 13. In: AMED, Fernando José e NEGREIROS, Plínio José de Campos. História dos tributos no Brasil. São Paulo: Nobel.

COMPARATO, Fábio Konder. O irredentismo da “nova contabilidade” e as operações de “leasing”. **Revista de direito mercantil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 68, 1987.

CORREA, Walter B. Subsídios para o estudo da história legislativa do imposto de renda no Brasil. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva. (coord.). **Estudos sobre o Imposto de Renda (em memória de Henry Tilbery)**. São Paulo: Resenha Tributária, 1994.

COSTA, Alcides Jorge. Conceito de renda tributável. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Imposto de renda: conceitos, princípios e comentários**. São Paulo: Atlas, p. 24-33, 1996.

COSTA, Regina Helena. **Curso de direito tributário: Constituição e Código Tributário Nacional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Praticabilidade e justiça tributária**. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. **Princípio da capacidade contributiva**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

DARZÉ, Andréa Medrado. **Responsabilidade tributária: solidariedade e subsidiariedade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Tributário)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

DERZI, Misabel de Abreu Machado. Notas de atualização. In: BALEEIRO, Aliomar. **Limitações ao poder de tributar**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

DIAS, Karem Jureidini. Compensação de prejuízos fiscais e de bases negativas da CSLL na extinção da pessoa jurídica. In: **Grandes questões em discussão no CARF**. São Paulo: Focofiscal, 2014. p. 194.

DÓRIA, Antônio Roberto Sampaio. **Discriminação de competência impositiva**: sua evolução na federação brasileira. 1972. Tese (Doutorado em Direito)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

_____. **Princípios constitucionais tributários e a cláusula *due process of law***. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1964.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade**: IFRS *versus* normas brasileiras. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FALCÃO, Amílcar de Araújo. **Impostos concorrentes na Constituição de 1946**. Rio de Janeiro: Forense, 1946.

_____. **O fato gerador da obrigação tributária**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973. pp. 125-131.

_____. **Sistema tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições Financeiras, 1965.

FERRAGUT, Maria Rita. Crédito tributário, lançamento e espécies de lançamento tributário. In: SANTI, Eurico Marcos Diniz de. (Coord.). **Curso de especialização em direito tributário**: estudos analíticos em homenagem a Paulo de Barros Carvalho. Rio de Janeiro: Forense, 307-333, 2005.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **A ciência do direito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FERREIRO LAPATZA, José Juan. El principio de legalidad y la reserva de ley. **Revista de direito tributário**. São Paulo: Revista dos tribunais, n. 50, p. 7-13, 1989.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução: Flávio Paulo Meurer. 3. ed., v. 1. Petrópolis: Vozes, 1999.

GAMA, Tácio Lacerda. **Competência tributária**: fundamentos para uma teoria da nulidade. São Paulo: Noeses, 2009.

GELBCKE, Ernesto Rubens; IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. Suplemento n. 1. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, José Artur Lima. A imunidade tributária do livro. In: MACHADO, Hugo de Brito (Coord.). **Imunidade tributária do livro eletrônico**. São Paulo: IOB, p. 121-142, 1998.

_____. **Imposto sobre a renda**: pressupostos constitucionais. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. **Isonomia na norma tributária**. São Paulo: Malheiros, 1993.

GONZÁLEZ, Eusebio; DE AYALA, José Luís. **Curso de derecho tributario**. 2. ed., t. I. Madrid: Editorial de Derecho Financiero; Editoriales de Derecho Reunidas, 1978.

GROSSFELD, Bernhard e BRYCE, James. A brief comparative history of the origins of the income tax in Great Britain, Germany and the United States. *The American Journal of Tax Policy*. v. 2.

IVO, Gabriel. A incidência da norma jurídica: o cerco da linguagem. **Revista de direito tributário**. São Paulo: Malheiros, n. 79, p. 187-197, 2001.

_____. **Norma jurídica**: produção e controle. São Paulo: Noeses, 2006.

JEFFREY-COOK, John. William Pitt and his taxes. In: **British tax review**, v. 4. Londres: Sweet & Maxwell, 2010.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LANG, Joachim; TIPKE, Klaus. **Direito Tributário**. 18. ed. Tradução: Luiz Dória Furquim. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. 2. ed. Tradução: José Lamego. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

LEMKE, Gisele. **Imposto de renda**: os conceitos de renda e de disponibilidade econômica e jurídica. São Paulo: Dialética, 1998.

LEONETTI, Carlos de Araújo. **O imposto sobre a renda como instrumento de justiça social no Brasil**. São Paulo: Manole, 2003.

LINS, Maia. **A mora no direito tributário**. 2008. Tese (Doutorado em Direito Tributário) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACHADO, Brandão. Breve exame crítico do artigo 43 do CTN. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). **Estudos sobre o imposto de renda**. São Paulo: Resenha Tributária, 1994.

_____. Multas administrativas e imposto de renda. **Direito tributário atual**. São Paulo: IBDT; Resenha tributária, n. 10, 1990.

MACHADO, Hugo de Brito. A supremacia constitucional e o imposto de renda. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Imposto de renda**: conceitos, princípios e comentários. São Paulo: Atlas, p. 41-55, 1996.

MARTINS, Eliseu. **Parecer inédito**. São Paulo, 21 de outubro de 2010.

MARTINS, Natanael. A realização da renda como pressuposto de sua tributação: análise sobre a perspectiva da nova contabilidade e do RTT. In: LOPES, Alessandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis** (Aproximações e Distanciamentos). São Paulo: Dialética, v. 1, 2010.

_____. A reforma da Lei das Sociedades Anônimas: Lei 11.638/2007 e seus impactos na área tributária. **Revista de direito bancário e do mercado de capitais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 40, 2008.

_____. **O regime tributário de transição e os eventuais efeitos fiscais decorrentes das alterações na lei societária**. São Paulo, 2009.

MARTINS, Natanael; RODRIGUES, Daniele Souto. Confissão de dívida irretratável e desconstituição do crédito tributário. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (Coord.). **Grandes questões atuais do direito tributário**. v. 12. São Paulo: Dialética, 2008.

_____; RODRIGUES, Daniele Souto. O direito à amortização fiscal do ágio: uma análise à luz das modificações introduzidas nas normas contábeis e societárias. In: ROCHA, Sérgio André (Coords.). **Direito tributário, societário e a reforma da Lei das S/A**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

_____; RODRIGUES, Daniele Souto. **Tributação atual da renda**: Estudo da Lei n. 12.973/14 – da harmonização jurídico contábil à tributação de lucros do exterior. São Paulo: Noeses, 2015. p. V.

Memória Receita Federal: Imposto de Renda Pessoa Física. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/irpf/historia/histPrimordiosMundo.asp>. Acesso em: 3 dez. 2009.

MOSCHETTI, Francesco. **Il principio della capacità contributiva**. Padova: Cedam, 1973.

MOSQUERA, Roberto Quiroga. **Renda e proventos de qualquer natureza**: o imposto e o conceito constitucional. São Paulo: Dialética, 1996.

MOUSSALLEM, Tárek Moysés. **Fontes do direito tributário**. São Paulo: Max Limonad, 2001.

_____. **Revogação em matéria tributária**. São Paulo: Noeses, 2005.

NABAIS, José Casalta. **O dever fundamental de pagar impostos**. Coimbra: Almedina, 2004.

NORONHA, Luana. Breves considerações sobre a relação entre a praticabilidade tributária e a capacidade contributiva. **Revista tributária e de finanças públicas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 91, p. 250-280, mar./abr. 2010.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **Fundamentos do imposto de renda**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____. Lei n. 12973/74: efeitos tributários das modificações contábeis (escrituração x realismo jurídico). In: MARTINS, Natanael e RODRIGUES, Daniele Souto. **Tributação atual da renda: Estudo da Lei n. 12.973/14 – da harmonização jurídico contábil à tributação de lucros do exterior**. São Paulo: Noeses, 2015.

PEDREIRA, José Luiz Bulhões. **Imposto de Renda**. v. 1. Rio de Janeiro: Justec, 1979.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: teoria geral das obrigações**. v. II., 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

PISCITELLI, Thatiane dos Santos. **Os limites à interpretação das normas tributárias**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

PLATÃO. **O político**. São Paulo: Loyola, 2004.

POLIZELLI, Victor Borges. **O princípio da realização da renda e sua aplicação no imposto de renda de pessoas jurídicas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Tributário) – Faculdade de Direito da Universidade, São Paulo, 2009.)

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Pesos e medidas e invólucros e envoltórios: pressupostos de ordem constitucional para legislação ordinária sobre o assunto. **Revista dos Tribunais**. São Paulo: Malheiros, n. 356, s/d.

_____. **Tratado de direito privado**: parte geral. 3. ed., t. IV. Rio de Janeiro: Borsoi, 1970.

QUEIROZ, Luís Cesar Souza de. A tributação de lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas: a posição do STF e a Lei n 12.973/2014. In: MARTINS, Natanael e RODRIGUES, Daniele Souto. **Tributação atual da renda**: estudo da Lei n. 12.973/14 – da harmonização jurídico contábil à tributação de lucros no exterior. São Paulo: Noeses, 2015.

_____. **Imposto sobre a renda**: requisitos para uma tributação constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

RENCK, Renato Romeu. **Imposto de renda da pessoa jurídica**: critérios constitucionais de apuração da base de cálculo. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

MORCHÓN, Gregorio. **Teoría del derecho**: fundamentos de teoría comunicacional del derecho. v. I. Madrid: Civitas, 1988.

RODRIGUES, Daniele Souto. A escolha econômica da tributação da renda. **Revista brasileira de direito tributário e finanças públicas**. Porto Alegre: Magister, p. 23-36, 2010.

_____. **O conteúdo jurídico do lucro real tributável**. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito Tributário) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**: parte geral. v. 1, 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ROSS, Alf. **Direito e justiça**. Tradução: Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2000.

SANTAELLA, Lúcia. **A teoria geral dos signos**: semiose e autogeração. São Paulo: Pioneira, 2000.

_____. **Lançamento tributário**. São Paulo: Max Limonad, 1996.

SCAVINO, Dardo. **La filosofía actual**: pensar sin certezas. Buenos Aires: Paidós Postales, 1999.

SOOS, Piroška E. **The origins of taxation at source in England**. Amsterdam: IBFD, 1997.

SOUSA, Rubens Gomes de. A evolução do conceito de rendimento tributável. **Revista de direito público**. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 14, 1970.

_____. **Compêndio de legislação tributária**. Edição póstuma. São Paulo: Resenha Tributária, 1981.

_____. **Pareceres – 1**: imposto de renda. Edição póstuma. São Paulo: Resenha Tributária, 1975.

TILBERY, Henry. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (artigos 43, 44 e 45). In: SOUZA, Hamilton Das de; TILBERY, Henry; MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). **Comentários ao Código Tributário Nacional**. vol. I. São Paulo: Bushatsky, 1975.

TIPKE, Klaus. Sobre a unidade da ordem jurídica tributária. In: SCHOUERI, Luís Eduardo; ZILVETI, Fernando Aurelio (Coord.). **Direito tributário**: estudos em homenagem a Brandão Machado. São Paulo: Dialética, p. 60-70, 1998.

TOMÉ, Fabiana Del Padre. **A prova no direito tributário**. 2. ed. São Paulo: Noeses, 2008.

TORRES, Ricardo Lobo. **Os direitos humanos e a tributação**: imunidades e isonomia. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. (Tratado de direito constitucional financeiro e tributário, v. III).

TURIN, Roti Nielba. **Aulas**: introdução ao estudo das linguagens. São Paulo: Annablume, 2007.

VILANOVA, Lourival. **Causalidade e relação no direito**. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

VILLEGAS, Héctor Belisario. **Curso de direito tributário**. Tradução: Roque Antonio Carrazza. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tratado lógico-filosófico: investigações filosóficas**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

WOLK, H, et al. **Accounting Theory**. 7th ed. Los Angeles: Sage, 2008.

WRIGHT, Georg Henrik von. **Norma y acción: una investigación lógica**. Madrid: Tecnos, 1970.

XAVIER, Alberto. **Os princípios da legalidade e da tipicidade da tributação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

ZILVETI, Fernando Aurelio. Imposto de renda: indagações acerca do nascimento do tributo no Reino Unido. In: OLIVEIRA, Ricardo Mariz; SCHOUERI, Luís Eduardo; ZILVETI, Fernando Aurélio. **Revista direito tributário atual**, v. 29. São Paulo: IBDT/Dialética, 2013.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Imposto de renda das empresas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ANDREWS, William D. **The Achilles Heel of the Comprehensive Income Tax**, in New Directions in Federal Tax Policy for the 1980s 278. Charles E. Walker & Mark A. Bloomfield eds., 1983. Reproduzido em CARON, Paul L., BURKE, Karen C. e McCOUCH, Grayson M.P. Federal Income Tax Anthology. Cincinnati, Ohio: Anderson 1997. 2a tiragem, 2003.

ARDANT, Gabriel. **Histoire de l'impôt**. Livre II. Fayard. 1972.

ARNOLD, Brian J. **Major Structural Themes in the Taxation of Controlled Foreign Corporations**. in Canadian Tax Paper, no 78, Toronto, Canadian Tax Foundation, 1986.

ASCARELLI, Tullio. O empresário. Tradução: Fábio Konder Comparato. **Revista de Direito Mercantil**. São Paulo: Malheiros, n. 109, 1998.

ASCARELLI, Tullio, SOUSA, Rubens G. e ALMEIDA FILHO, João B. P. **Lucros Extraordinários e Imposto de Renda**. Comentários ao Decreto n. 15.028 de 13 de março de 1944, em relação com a doutrina e a legislação do imposto de renda. São Paulo: Martins. 1944.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. Tradução: Fábio Konder Comparato. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 104, 1996.

ATALIBA, Geraldo. Instituições de direito público e república. São Paulo: [mimeografado], 1984 apud CARRAZZA, Roque Antonio. **Princípios constitucionais tributários e competência tributária**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

BIANCO, João Francisco. Aparência econômica e natureza jurídica. In: LOPES, Alexsandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis: aproximações e distanciamentos**. São Paulo: Dialética, p. 174-184, 2010.

BIFANO, Elídie Palma. Contabilidade e direito: a nova relação. In: LOPES, Alexsandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis: aproximações e distanciamentos**. São Paulo: Dialética, p. 116-137, 2010.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

BULGARELLI, Waldírio. **Sociedades comerciais**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

BULHÕES PEDREIRA, José L. **Imposto sobre a Renda – Pessoas Jurídicas**, vol. 1, Rio de Janeiro: Justec. 1979.

CANELLOS, Peter C. **General Report in Cahiers de droit fiscal international**, volume 90b, Sdu Fiscale & Financiële Uitgevers, The Netherlands, 2005.

CANTO, Gilberto U. et al., **Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza**, in MARTINS, Ives G. S. (coord.) O Fato gerador do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. S.Paulo: Resenha Tributária: CEEU. 1986.

CARRAZZA, Roque A. Imposto sobre a renda: perfil constitucional e temas específicos. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. **Princípios constitucionais tributários e competência tributária**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

CARVALHO, Nelson. Essência x forma na contabilidade. In: LOPES, Alexsandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis: aproximações e distanciamentos**. São Paulo: Dialética, p. 371-380, 2010.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Fundamentos jurídicos da incidência**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Teoria da norma tributária. 5. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

CHANCELLOR, Thomas. **Imputed Income and the Ideal Income Tax**, 67 Or. L. Rev. 561, 1988. Reproduzido em CARON, Paul L., BURKE, Karen C. e McCOUCH.

COMPARATO, Fábio Konder e SALOMÃO FILHO, Calixto. **O poder de controle na sociedade anônima**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

COSTA, Alcides Jorge. **Rendimentos auferidos no Exterior por Pessoa Jurídica**. in Imposto de renda: Alterações Fundamentais. São Paulo: Dialética. 1996.

CUNHA, Fábio Lima da. A contabilidade juridicizada: a universalidade de relações jurídicas e a perspectiva do patrimônio no novo padrão contábil brasileiro. In: LOPES, Alexsandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis: aproximações e distanciamentos**. São Paulo: Dialética, p. 147-163, 2010.

DERZI, Misabel de Abreu Machado. Tributação da renda *versus* tributação do patrimônio. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (Coord.). **Imposto de renda: questões atuais e emergentes**. São Paulo: Dialética, p. 97-115, 1995.

DÓRIA, Antônio Roberto Sampaio. O regime de competência no imposto de renda e deduções de juros contratados. **Revista de estudos tributários**. São Paulo: IBET; Resenha Tributária, n. 3, 1979.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 22. ed. Tradução: Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2009.

EDMONDS, David; EIDINOW, John. **O aticador de Wittgenstein: a história da discussão de dez minutos entre dois filósofos**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

EVANS, Thomas L. The **Realization Doctrine after Cottage Savings**, 70 Taxes 897: 1992. Reproduzido em CARON, Paul L., BURKE, Karen C. e McCOUCH, Grayson M.P. Federal Income Tax Anthology. Cincinnati, Ohio: Anderson 1997. 2a tiragem, 2003.

FERRAGUT, Maria Rita. **Presunções no direito tributário**. 2 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

FONSECA, Alessandro Amadeu da. A tributação da renda e sua correlação com os princípios contábeis geralmente aceitos. In: LOPES, Alessandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coord.). **Controvérsias jurídico-contábeis: aproximações e distanciamentos**. São Paulo: Dialética, p. 13-29, 2010.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. **Temas de direito societário, falimentar e teoria da empresa: conselhos de administração/doação de bens e serviços**. São Paulo: Malheiros, 2009.

FREEDMAN, Judith. **Treatment of Capital Gains and Losses**. In ESSERS, Peter e RIJKERS, Arie (orgs.) The Notion of Income from Capital. Amsterdam: IBFD. 2005.

FREITAS, Rodrigo de. Ciência contábil e direito contábil: a nova relação. In: LOPES, Alessandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis: aproximações e distanciamentos**. São Paulo: Dialética, p. 418-441, 2010.

GASSNER, Wolfgang. **The Influence of Tax Principles on the Taxation of Income from Capital – A Response** in ESSERS, Peter e RIJKERS, Arie (orgs.) The Notion of Income from Capital. Amsterdam: IBFD. 2005.

GELBCKE, Ernesto Rubens; IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. Suplemento n. 1. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, José Artur Lima. Equivalência patrimonial e imposto sobre a renda. **Revista de Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros, n. 100, p. 86-96, 2008.

GRAYSON, M. P. **Federal Income Tax Anthology**. Cincinnati, Ohio: Anderson, 1997. 2a tiragem. 2003.

GROSSFELD, Bernhard e BRYCE, James. **A Brief Comparative History of the Origins of the Income Tax**. In Great Britain, Germany and the United States. The American Journal of Tax Policy. Vol. 2.

GUIDUGLI, João Henrique. **Controle externo contratual**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

GUIMARÃES, Carlos da Rocha. Natureza e essência do fato gerador do ICM. **Caderno de pesquisas tributárias**. São Paulo: Revista dos Tribunais e Centro de Estudos de Extensão Universitária, n. 3, p. 109-144, 1978.

GUTIERREZ, Miguel D. **Da Renda Imputada**, in Direito Tributário Atual, vol. 23, 2009.

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fábio Hiroshi; HIGUCHI, Celso Hiroyuki. **Imposto de renda das empresas: interpretação e prática**. 33. ed. São Paulo: IR Publicações, 2008.

HOLMES, Kevin. **The concept of income**. A Multi-disciplinary analysis. The Netherlands: IBFD. 2000.

JEFFREY-COOK, John. **William Pitt and his Taxes**. In British Tax Review, v. 4. Londres: Sweet & Maxwell. 2010.

JUSTEN FILHO, Marçal. Periodicidade do imposto de renda I. **Revista de Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros, 63:15-39.

KAVELAARS, Peter. **Accrual versus Realization**. In ESSERS, Peter e RIJKERS, Arie (orgs.) The Notion of Income from Capital. Amsterdam: IBFD. 2005.

LACOMBE, Américo Masset. Periodicidade do imposto de renda I. **Revista de Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros, 63:15-39.

LANG, Joachim. **The Influence of Tax Principles** on the Taxation of Income from Capital, in ESSERS, Peter e RIJKERS, Arie (orgs.) *The Notion of Income from Capital*. Amsterdam: IBFD. 2005.

LATORRACA, Nilton. **Direito tributário**: imposto de renda das empresas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. **Direito tributário**: imposto de renda das empresas. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____; OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. A dedutibilidade das multas fiscais face ao princípio da legalidade da obrigação tributária e a conceituação de custos e despesas operacionais. **Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 8, p. 135-144, 1972.

LEHNER, Moris. Consideração econômica e tributação conforme a capacidade contributiva: sobre a possibilidade de uma interpretação teleológica de normas com finalidades arrecadatórias. Tradução: Luís Eduardo Schoueri. In: SCHOUERI, Luís Eduardo; ZILVETI, Fernando Aurelio (Coord.). **Direito tributário**: estudos em homenagem a Brandão Machado. São Paulo: Dialética, p. 143-154, 1998.

LOPES, Alexsandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga. O direito contábil: fundamentos conceituais, aspectos da experiência brasileira e implicações. In: LOPES, Alexsandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis**: aproximações e distanciamentos. São Paulo: Dialética, p. 56-61, 2010.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Tradução: Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. As liberdades econômica e profissional e os cadastros de contribuintes. *Revista Dialética de Direito Tributário*. São Paulo: Dialética, n. 67, p. 73-80, 2001.

MARCONDES, Sylvio. **Direito mercantil e atividade negocial no projeto de Código Civil:** questões de direito mercantil. São Paulo: Saraiva, 1977.

MARSH, Donald B. **The Taxation of Imputed Income**, 58 Pol. Sci. Q. 514 (1943) (reproduzido em CARON, Paul L., BURKE, Karen C. e McCOUCH, Grayson M.P. *Federal Income Tax Anthology*. Cincinnati, Ohio: Anderson 1997. 2a tiragem, 2003.

MARTINS, Eliseu. Ensaio sobre a evolução do uso e das características do valor justo. In: LOPES, Alessandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis:** aproximações e distanciamentos. São Paulo: Dialética, p. 138-146, 2010.

MARTINS, Frans. **Comentários à lei das sociedades anônimas**. v. 3. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). **Caderno de pesquisas tributárias**. São Paulo: Resenha Tributária, n. 11, 1986.

_____. O fato gerador do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. In: _____. (Coord.). **Caderno de pesquisas tributárias**. São Paulo: Resenha Tributária, n. 11, 1986.

MARTINS, Natanael. A realização da renda como pressuposto de sua tributação: análise sobre a perspectiva da nova contabilidade e do RTT. In: LOPES, Alessandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis**. São Paulo: Dialética, v. 1, p. 346-370, 2010.

_____. A reforma da Lei das Sociedades Anônimas: Lei 11.638/2007 e seus impactos na área tributária. **Revista de direito bancário e do mercado de capitais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 40, p. 70-96, abr./jun. 2008.

_____. O regime tributário de transição e os eventuais efeitos fiscais decorrentes das alterações na lei societária. In: SOUZA, Priscila de (Coord.). **Sistema tributário brasileiro e a crise atual**. São Paulo: Editora Noeses, 2009, p. 741-754, 2009.

MINATEL, José Antonio. **Conteúdo do conceito de receita e regime jurídico para sua tributação**. Tese (Doutorado em Direito)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

MORAES, Bernardo Ribeiro de. O objeto e o fato gerador do imposto de renda. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Imposto de renda: conceitos, princípios e comentários**. São Paulo: Atlas, p. 56-65, 1996.

MUTÉN, Leif. **Treatment of Capital Gains and Losses – A Response**. In ESSERS, Peter e RIJKERS, Arie (orgs.) *The Notion of Income from Capital*. Amsterdam: IBFD. 2005.

NABAIS, José Casalta. **Direito fiscal**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2005.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. **Curso de direito tributário**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. A tributação da renda e sua relação com os princípios contábeis geralmente aceitos. In: LOPES, Alexsandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis: aproximações e distanciamentos**. São Paulo: Dialética, p. 398-417, 2010.

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. Princípios fundamentais do imposto de renda. In: SCHOUERI, Luís Eduardo; ZILVETI, Fernando Aurelio (Coord.). **Direito tributário: estudos em homenagem a Brandão Machado**. São Paulo: Dialética, p. 197-227, 1998.

PACHECO, Alexandre S. O uso de conceitos intermediários contábeis, jurídicos e fiscais em matéria tributária. In: LOPES, Alexsandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis: aproximações e distanciamentos**. São Paulo: Dialética, p. 30-55, 2010.

PAIVA, Ormezindo. Periodicidade do imposto de renda II. **Revista de Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros, 63:40-68.

_____. Imposto sobre a renda, os princípios da irretroatividade e da anterioridade e a súmula 584 do STF. In: GOMES, Marcus Lívio. VELLOSO, Andrei Pitten (coord.). **Sistema constitucional tributário: dos fundamentos teóricos aos hard cases tributários: estudos em homenagem ao ministro Luiz Fux**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

PIGNATARI, Décio. **Semiótica e literatura**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

PONTES, Helenilson C. **A tributação dos lucros do exterior e os tratados para evitar a dupla tributação da renda**. In PIRES, Adilson R. e TORRES, Heleno T. (org.) **Princípios de Direito Financeiro e Tributário: estudos em homenagem ao professor Ricardo Lobo Torres**. Rio de Janeiro: Renovar. 2006.

QUEIROZ, Mary Elbe. **Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza**. Barueri: Manole. 2004.

ROCHA, Sérgio André (Coord.). **Direito tributário, societário e a reforma da Lei das S/A**. v. 1. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____. **Direito tributário, societário e a reforma da Lei das S/A**. v. 2. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

ROCHA, Valdir de Oliveira. **Determinação do montante do tributo: quantificação, fixação e avaliação**. São Paulo: Dialética, 1995.

ROSE, Manfred. **Economic Aspects of Taxation of Income from Capital**. In ESSERS, Peter e RIJKERS, Arie (orgs.) **The Notion of Income from Capital**. Amsterdam: IBFD. 2005.

SACRAMENTO, Heber Gomes do. O mito do lucro real. In: LOPES, Alexsandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis: aproximações e distanciamentos**. São Paulo: Dialética, p. 164-173, 2010.

SANTOS, João Victor Guedes. Direito tributário e justaposição: a contabilidade societária e os limites à neutralidade fiscal. In: LOPES, Alexsandro Broedel; MOSQUERA, Roberto

Quiroga (Coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis**: aproximações e distanciamentos. São Paulo: Dialética, p. 185-215, 2010.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Discriminação de competências e competência residual. In: SCHOUERI, Luís Eduardo; ZILVETI, Fernando Aurelio (Coords.). **Direito tributário**: estudos em homenagem a Brandão Machado. São Paulo: Dialética, p. 82-115, 1998.

_____. O mito do lucro real na passagem da disponibilidade jurídica para a disponibilidade econômica. In: LOPES, Alexsandro Broedel Lopes; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis**: aproximações e distanciamentos. São Paulo: Dialética, p. 241-264, 2010.

SCHWARZ, Jonathan S. **Controlled Foreign Companies and Tax Treaties**. In Bulletin for International Fiscal Documentation no 12 1997.

SELIGMAN, Edwin R.A. **Essays in Taxation**, 10a ed., revisada. 1931. [Reprints of Economic Classics. New York: Augustus M. Kelley 1969. Nota: esse livro pode ser obtido gratuitamente na Internet, no site do projeto million books: <http://www.archive.org/texts-details-db.php?collection=Smillionbooks&collectionid=EssaysInTaxation>.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SHAVIRO, Daniel N. **An Efficiency Analysis of Realization and Recognition Rules under the Federal Income Tax**, 48 Tax L. Rev. 1, 1992. Reproduzido em CARON, Paul L., BURKE, Karen C. e MCCOUCH, Grayson M.P. **Federal Income Tax Anthology**. Cincinnati, Ohio: Anderson 1997. 2a tiragem, 2003.

SILVEIRA, Ricardo M. **O princípio da realização da renda no direito tributário brasileiro**. In: **Direito Tributário Atual**, vol. 21, 2007.

SOUZA, Hamilton Dias de. Competência tributária e seu exercício: racionalidade como limitação ao poder de tributar. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Imposto de renda: conceitos, princípios e comentários**. São Paulo: Atlas, p. 216-227, 1996.

SZTAJN, Rachel. **Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados**. São Paulo: Atlas, 2004.

TAKATA, Marcos Shigueo. A conexão da contabilidade com o direito tributário: direito contábil e direito tributário. In: LOPES, Alessandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis: aproximações e distanciamentos**. São Paulo: Dialética, p. 287-325, 2010.

THURONYI, Victor, **The Concept of Income**, 46 Tax L. Rev. 45 (1990) (reproduzido em CARON, Paul L., BURKE, Karen C. e McCOUCH, Grayson M.P. Federal Income Tax Anthology. Cincinnati, Ohio: Anderson 1997. 2a tiragem, 2003.

TILBERY, Henry. **Inovações no imposto de renda das pessoas jurídicas: comentário ao DL nº 2.341/87**. São Paulo: Resenha Tributária, 1987.

_____. **Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza**. In: Direito Tributário 3 - comentários ao código tributário nacional. São Paulo: José Bushatsky, 1975.

_____. **A tributação dos ganhos de capital**. São Paulo: Resenha Tributária, 1977.

_____. **A tributação dos ganhos de capital nas vendas de participações societárias pelas pessoas físicas**. São Paulo, Resenha Tributária, 1978.

_____. **A tributação dos ganhos de capital das pessoas jurídicas**. São Paulo: Resenha Tributária, 1978.

_____. **Isenção de ganhos de capital das pessoas jurídicas**. São Paulo: Resenha Tributária, 1982.

TORRES, Heleno. **Pluritributação internacional sobre as rendas das empresas**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

UTUMI, Ana Cláudia Akie. O ágio nas operações de fusões e aquisições em face das novas regras contábeis. In: LOPES, Alexsandro Broedel; MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coords.). **Controvérsias jurídico-contábeis: aproximações e distanciamentos**. São Paulo: Dialética, p. 102-115, 2010.

VILANOVA, Lourival. **As estruturas lógicas e o sistema do direito positivo**. São Paulo: Noeses, 2005.

XAVIER, Alberto. **Direito tributário internacional do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

ZILVETI, Fernando Aurelio. Capacidade contributiva e mínimo existencial. In: SCHOUERI, Luís Eduardo; ZILVETI, Fernando Aurelio (Coord.). **Direito tributário: estudos em homenagem a Brandão Machado**. São Paulo: Dialética, p. 36-47, 1998.

_____. O princípio da realização da renda. In: SHOUERI, Luís Eduardo (Coord.). **Direito tributário: homenagem a Alcides Jorge Costa**. v. I. São Paulo: Quartier Latin, p. 297-328, 2003.